



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

10/12/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Senado prorroga por dois anos desoneração da folha de pagamento

O plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira (9) projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até dezembro de 2023.

O projeto foi aprovado de maneira simbólica pelos senadores. Como já havia recebido o aval dos deputados, segue direto para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (PL) —que também já se manifestou favoravelmente à proposta.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores perderia validade no dia 31 de dezembro. Por isso, o setor empresarial vinha se articulando e pressionando o Congresso Nacional para que a medida fosse prorrogada.

A proposta inicial previa a prorrogação até o fim de 2026. No entanto, durante a tramitação na Câmara, os deputados decidiram reduzir esse prazo para até o fim de 2023.

Essa data entra em consonância com o defendido por Bolsonaro, que chegou a anunciar a prorrogação da desoneração por mais dois anos.

A desoneração da folha de pagamentos começou no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, sob o argumento de manutenção de empregos.

Em 2018, o benefício deixou de beneficiar 56 setores para contemplar 17, até o ano passado, quando Bolsonaro prorrogou a medida por mais um ano.

Atualmente, a medida beneficia companhias de call center, o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação, companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 10 de dezembro.

Chuvas abaixo da média tiram R\$ 80 bi por ano do PIB brasileiro

Seca, reservatórios de hidrelétricas em baixa, conta de luz mais cara e choque nos preços dos alimentos. Essas imagens, que se tornaram corriqueiras ao longo de 2021, apontam para um dado impactante: o Brasil perde, em média, R\$ 80 bilhões do PIB (Produto Interno Bruto) por ano devido à falta de chuvas.

O cálculo é do economista Bráulio Borges, da LCA Consultores e do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas), e já considera efeitos da inflação no período.

Embora o quadro de chuvas tenha se revelado especialmente dramático em 2021, com graves meses de seca e ficando 26% abaixo da média (1980-2019), desde 2012, as chuvas no Brasil têm sido abaixo do esperado, em todos os anos exceto em 2013, segundo dados do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

"A baixa intensidade das chuvas é um dos ingredientes que contribuíram para a década perdida do PIB, mas que costumava ser ignorado", diz Borges. "Geralmente, os maiores destaques são fatores internacionais e problemas de política econômica doméstica, como a nova matriz econômica." abrindo margem para outros gastos de interesse do presidente Jair Bolsonaro no ano que vem.

Dos R\$ 80 bilhões perdidos por ano, R\$ 50 bilhões são pelos efeitos diretos da falta de chuvas, como no caso da produtividade da atividade agropecuária e da energia mais cara, que provoca um choque de custos para a economia como um todo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 10 de dezembro.

Economia está ruim ou péssima para 70% dos brasileiros, diz CNI

Sete em cada dez brasileiros estão pessimistas quanto à situação econômica do Brasil e avaliam que a economia está ruim ou péssima, segundo pesquisa da CNI (Confederação Nacional da Indústria) feita pelo Instituto FSB.

Na visão dos entrevistados, 47% classificam a situação econômica do país como péssima, 23% acham que está ruim, 21% consideram regular, 7% dizem estar boa e apenas 1% vê como ótima.

O cenário atual —de inflação e desemprego elevados, volta da fome, baixo crescimento previsto para o ano que vem, aperto nos juros e perda de fôlego na recuperação após os piores momentos da pandemia— parece se refletir no desânimo do brasileiro.

Em 12 meses, até outubro, a inflação oficial do país, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), avançou 10,67%, e, nesta quarta-feira (8) o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) para 9,25% ao ano.

No caso da percepção de inflação, 73% dos entrevistados pela CNI avaliam que os preços aumentaram, 15% dizem que ficaram iguais e somente 8% veem uma diminuição (enquanto 3% não souberam responder).

Neste contexto, a maioria esmagadora (75%) dos brasileiros se dizem afetados ou muito afetados pelo aumento de preços e 10% avaliam que foram pouco ou nada prejudicados pela inflação.

Além disso, para 54% a inflação ainda deve aumentar, e 74% dizem que tiveram de reduzir gastos para atravessar a situação de aperto na economia. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 10 de dezembro.

CNI diz que alta da Selic é excessiva e põe recuperação econômica em risco

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a decisão desta quarta-feira (8/12) que levou a mais um aumento da taxa básica de juros, a Selic, é equivocada. Em nota, a organização afirmou que considera o aumento que levou a taxa para 9,25% um motivo que inibirá o crescimento econômico do país no próximo ano.

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu aumentar a taxa Selic (tarifa básica da economia e que regula os juros) em 1,5 ponto percentual, elevando o índice de 7,75% para 9,25% ao ano. A sétima alta consecutiva eleva o indicador ao maior patamar em pouco mais de quatro anos – em julho de 2017, a Selic estava em 10,25%.

De acordo com o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, os últimos dois trimestres de retração do Produto Interno Bruto (PIB) deixaram evidente o quadro adverso da atividade econômica no país, que, segundo ele, se agravará com o aumento da taxa de juros e resultará no desestímulo ainda maior do consumo. Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 10 de dezembro.

Produção industrial cai puxada por cinco estados, diz IBGE

Cinco estados foram os responsáveis pela queda de 0,6% da produção da indústria nacional na passagem de setembro para outubro deste ano, entre eles São Paulo, maior parque industrial do país, com um recuo de 3,1%. Os outros locais foram Santa Catarina (-4,7%), Pará (-4,2%), Minas Gerais (-3,9%) e Espírito Santo (-1%). Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (9), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A queda nacional não foi maior porque nove dos 15 locais pesquisados tiveram alta na produção no período, com destaque para Nordeste (5,1%), Mato Grosso (4,8%) e Ceará (4,1%). Goiás manteve-se estável.

Na comparação com outubro de 2020, 13 dos 15 locais pesquisados tiveram recuo, sendo os maiores deles observados no Pará (-14,2%), Santa Catarina (-12,5%), São Paulo (-12,3%) e Amazonas (-11,9%). Rio de Janeiro e Espírito Santo foram os únicos estados com alta, respectivamente de 6,6% e 6,1%.

No acumulado do ano, dez dos 15 locais analisados tiveram alta, com destaque para Santa Catarina (13,8%), Minas Gerais (12%) e Paraná (11,2%). Dos cinco locais em queda, Bahia apresentou a maior retração: -13,1%.

Altas em dez dos 15 locais também foram registradas no acumulado de 12 meses, também com destaque para Santa Catarina (13,9%), Minas Gerais (11,9%) e Paraná (12%). E a Bahia, mais uma vez, teve a maior queda (-10,8%). Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 10 de dezembro.